

# Pela urgência de voltar a “andar espantado de existir”: a escola como lugar da cidadania ativa

MARIA JORGE RAMA FERRO<sup>1</sup>

## Resumo

Inspirada pela possibilidade de começar na escola a conscientização das novas gerações, foi planejada uma intervenção para um estudo-piloto, no ano letivo 2018/19, em uma escola secundária (com 3º ciclo) da cidade de Coimbra, envolvendo cerca de 900 estudantes (de 1.017 inscritos) a propósito da eleição para a Direção da Associação de Estudantes (DAE). Os estudantes foram divididos em dois grandes grupos para reunião de apresentação do projeto de mudança e de reflexão (primeiramente, o 3º ciclo, estudantes mais novos; em seguida, o secundário, estudantes mais velhos e mais ligados aos processos de candidatura e esquemas de campanha). Da estranheza e rejeição iniciais, os estudantes perceberam as implicações da tarefa de candidatura como procedimento de apresentação de um pensamento para o coletivo e assumiram a alteração de comportamentos. No novo ano letivo, espera-se que a apresentação de listas candidatas decorra dentro do padrão de respeito pelos princípios de cidadania e de efetiva apresentação de ideias e de estratégias de contato e comunicação com os colegas de escola, potenciais eleitores. A importância do diálogo, do debate de ideias, do pensamento de cidadania construído a partir dos quadros de referência dos sujeitos é a grande conclusão deste projeto.

Palavras-chave: Cidadania ativa. Ser político. Associação de estudantes. Conscientização. Compreensão do mundo.

## Due to the urgency to return to “walking astonished to exist”: the school as a place of active citizenship

## Abstract

Aimed by the idea of improving awareness and civic consciousness at schools, a pilot study (about the way a campaign for the student association occur in

schools) took place in a secondary school at Coimbra (during last school year 2018/19). We've planned an intervention that reached about 900 students (from 1017 enrolled). Students were divided into two large groups for the meeting in which the project was launched (one group was constituted by 3rd cycle students; followed by the secondary students' group, that are older and much more linked to election processes and campaign strategies). From reactions of strangeness and rejection of the project evidenced at first, students realized that possible gains would take place when they made their own voices heard by others. In this new school year, it is expected that submission of new candidates lists will follow standards of respect for citizenship, democracy, and fairness. It is expected that ideas will be debated and not only demands of leisure time. Not only the importance of dialogue, brainstorming, and citizenship, but also the crucial mindset shift about schools as places to discuss and learn about politics and democracy are main conclusions of this action research project.

Keywords: Active citizenship. Being political. Student association. Awareness. Understanding of the world.

## **Debido a la urgencia de volver a “caminar asombrado de existir”: la escuela como un lugar de ciudadanía activa**

### **Resumen**

Inspirada en la posibilidad de iniciar la sensibilización de las nuevas generaciones en la escuela, se planificó una intervención para un estudio piloto, en el año académico 2018/19, en una escuela secundaria (con un tercer ciclo) en la ciudad de Coimbra que involucró a alrededor de 900 estudiantes (de 1,017 inscritos) con respecto a la elección a la Dirección de la Asociación de Estudiantes (DAE). Los estudiantes se dividieron en dos grandes grupos para una reunión para presentar el proyecto de cambio y reflexión (primero, el 3er ciclo, estudiantes más jóvenes; luego los estudiantes secundarios, más viejos y más conectados a los procesos de solicitud y esquemas de campaña) . A partir de la extrañeza inicial y el rechazo, los estudiantes se dieron cuenta de las implicaciones de la tarea de aplicación como un procedimiento para presentar un pensamiento al colectivo y asumieron el cambio de comportamiento. En el nuevo año académico, se espera que la presentación de las listas de candidatos siga el patrón de respeto por los principios de ciudadanía y la presentación efectiva de ideas y estrategias para el contacto y la comunicación con los compañeros de escuela, posibles votantes. La importancia del diálogo, el debate de ideas, el pensamiento de ciudadanía construido a partir de los marcos de referencia de los sujetos es la gran conclusión de este proyecto.

Palabras clave: Ciudadanía activa. Ser político. Asociación de Estudiantes. Conciencia. Entendiendo el mundo

## Introdução

Em 2018, assinalaram-se 50 anos da 1ª edição de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire. Fazendo uma conta simples de subtração, logo percebemos que essa obra chegou à rua e às mãos de quem quis (e pôde) lê-la, precisamente, no ano em que a autora desta reflexão nasceu (1968). O tempo, esse meio século, parece não ter passado. Algo nas mentalidades, nos modos de ser, estar e agir, pensaríamos nós, devia ter seguido o caminho de uma humanidade expressa em tudo quanto existe; em vez disso, a desumanização parece estar a ganhar terreno. É preciso travá-la (SEN, 2018). Onde perdemos a mão? Só na educação poderemos encontrar saídas (VAN HIEL *et al.*, 2018).

Se as datas só são memoráveis, como tudo na vida, quando lhes atribuímos significado, também o sentido de todas as coisas só é reconhecido por quem o quer encontrar. Vivemos agora – talvez como sempre – em um tempo controverso em que tudo podia ser melhor, mas tudo parece, em vez de melhorar, degradar-se: a relação entre as pessoas, as condições laborais (depois de um reconhecido melhoramento ao longo de décadas), as impossibilidades de encontro e diálogo – ainda que vivamos a era das tecnologias e do “estar sempre conectado” –, diversas e complexas formas de domínios e dominações, de abusos de poder, de busca desenfreada pelo lucro imediato, de desrespeito, de... se tentarmos elencar todos os problemas da contemporaneidade, não temos como dar a tarefa por concluída, porque, de fato, há problemas em tudo.

Se da crise pode nascer a solução, então que seja tempo de esta se encontrar, definir, organizar, fazer valer. É com esse intuito que este texto se desenrolará.

De novo as datas, como marcas do tempo, garantem-nos uma linha guia de vida. Garantem uma possibilidade de organização do trabalho, do fluir dos projetos, da preparação de quem se é e de quem se quer vir a ser. Contudo, o tempo por si mesmo não parece servir para nada de bom nas vidas: quanto mais velhos, mais jovens desejávamos ser; quanto mais razoavelmente conscientes de quem somos e de como se escreve a história da humanidade, menos parecemos conseguir perceber como se deu essa inversão do que podia ser um modo de vida justo, livre, igualitário, equilibrado e quantos outros (humanamente vitais) adjetivos pudéssemos aqui escrever.

Vivemos em um tempo de urgência, parece certo, por isso o título deste trabalho faz uso de um pedaço de frase de José Gomes Ferreira (2005, p. 12): “É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir”. Mais uma vez recorremos às datas e, desta feita, ao reconhecimento das décadas, que também já se contam desde a primeira edição dessa história, desse autor português: levado a público em 1963, o livro conta as aventuras de um João, sem medo, um João que se atreve e se espanta. Ou que se atreve porque andava já antes espantado? Espantado por existir. Espantado de existir. Espantado pelo espanto que a vida tem de ser, isso é certo, chegamos todos a este lado da luz, este “lado” em que nos obrigam desde cedo a compreender que nascemos para nos limitarem. E aceitamos. Aceitamos que somos e temos limitações. E isso não está errado: de fato somos e temos limitações. Contudo, vivemos os nossos medos como mortais e aspiramos aos nossos desejos como se fossemos invencíveis. Não era já assim que Séneca nos descrevia? Então, se aspiramos como imortais, talvez seja possível transcendermo-nos, não será assim? Devia ser.

Ser capaz de definir metas, saber aonde se deseja chegar, saber com quem se deseja fazer tal viagem, respeitar ritmos e caminhos, fruir o tempo de vida que esse traçado há de implicar e se pôr em movimento. Esse seria o esboço de uma qualquer vida. Plena. O esboço de uma vida plena, equilibrada, amparada e com sentido. “Com sentido”, seja então esse o cerne de toda a reflexão: ao sabermos bem qual o sentido que nos sustenta, todo o caminho estaria suficientemente iluminado e todos os esforços teriam nele o seu fulcro.

Sabemos, porém, da dificuldade de que se reveste a questão do sentido da vida. Em todas as idades, esse é um tema complexo, e, em alguns momentos do desenvolvimento, complexidade ou mesmo impressão de profundas dúvidas acerca dos sentidos (da vida, das escolhas, das possibilidades), é quase convicção. Falamos da adolescência ou da relação construída entre tarefas de desenvolvimento e aprendizagens escolares. Referimo-nos, por exemplo, à importância de reconhecer nos professores aquelas pessoas que podem ser guias, referenciais imprescindíveis para a construção da identidade de seus estudantes.

Vivemos em um tempo de urgência (disse-se antes já neste texto), uma urgência de certezas e objetivos, de sucesso e reconhecimento; parece, pelo modo como tantas vidas se vêm organizando, enfocando exclusivamente o ter e o conseguir, a ser assim: diremos que o que urge vivermos será antes uma urgência de humanidade.

Há uma variedade enorme de estudos assentes na neuroimagem, nas neurociências, na fisiologia do cérebro, para procurar compreender o que se passa e de que modo tanto dos problemas de uma pessoa e/ou de um conjunto de pessoas, de uma comunidade, do globo, deve-se a uma qualquer disfunção ou a uma patologia, por que não, localizável algures em uma área cerebral. São estudos preciosos, certamente; mas, como toda a ciência de minúcia, levam tempo, um tempo que, dada a urgência que experimentamos, não nos podem descansar e deixar em espera das suas respostas. Podemos, de imediato, assumir uma afirmação de uma das mais conceituadas cientistas portuguesas da atualidade, Diana Prata (2018, s/p), que afirma “a empatia é uma vantagem evolutiva, não convém nada perdê-la”. O dilema surge quase em simultâneo; sendo assim, frequentemente nos perguntamos como o mundo tem vindo a tornar-se um lugar tão desigual.

Creemos que é na educação que tudo se joga. Que é pela educação que o humano se humaniza, isso já sabíamos – se desde Piaget (1959), para não ir mais longe, reconhecemos que o desenvolvimento é radicalmente a forma de dominar os instintos pela cultura.

Caminhamos, em Portugal, por exemplo, com as palavras de Almada Negreiros (1993, p. 13): “quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa – salvar a humanidade”, mas, em nome de “salvar a humanidade”, a quantidade de abusos contra ela tem sido dramaticamente frequentes (ECO, 2011). Como sempre, cada vez que a humanidade se vê arriscada em processos de desumanização, também outros escritos se debruçam sobre a possibilidade de encontro de novos destinos, como é o caso de Nussbaum (2010), em que um cenário preocupante é abordado com um rigor esperançoso. Será seguro lembrar que esse era também o tom de Paulo Freire (1977, 2018), o tom para a vida espelhado no seu método. Escutar O Outro, reconhecer n’O Outro toda a humanidade, é certamente a maior inspiração que podemos ter como fonte desse incontornável autor.

Ainda que usualmente reconhecido como um pensamento e uma metodologia em educação de adultos, Paulo Freire e o seu método parecem-nos ser um alicerce de rigor para a intervenção em escolas e com adolescentes. Partindo das anteriores considerações, será agora o momento para descrever um processo de conscientização de uma escola acerca da importância do processo de escolha da lista vencedora a partir das candidaturas à Direção da Associação de Estudantes (DAE).

## Uma proposta de intervenção ou um estudo-piloto

Em Portugal, as escolas contam com uma Associação de Estudantes (AE) que é constituída de jovens que estudam naquele estabelecimento de ensino e conhecem, por isso, por meio dos seus olhos e dos seus contatos entre colegas, a realidade da escola a partir de um quadro de leitura distinto daquele que é a visão de professores, funcionários ou famílias. A AE é eleita segundo um princípio democrático de apresentação de listas constituídas por jovens da escola, os quais se apresentam a votos depois de terem podido levar aos eleitores (todos os estudantes em condições de exercer o seu direito de voto na escola) as suas ideias e propostas de trabalho para o ano letivo em curso.

A escola que nos recebeu, com vista ao acompanhamento desse processo, é um estabelecimento de ensino secundário com 3º ciclo, isto é, é uma escola com estudantes a terminar o ensino obrigatório (o secundário) e um outro grupo de estudantes a frequentar ainda o ensino básico (3º ciclo).

É permitido votar, mesmo sem a autorização expressa de pais ou encarregados de educação, a partir dos 15 anos, mas todos os outros indivíduos, para poderem contribuir com o seu voto para a eleição da lista escolhida, só o podem fazer mediante apresentação do consentimento assinado por quem detém a função de encarregado de educação desse estudante. Essa regra deve-se a regulamentos que parecem assegurar a responsabilidade das famílias sobre a educação cívica de crianças e adolescentes. Porém, podemos pensar que isso acaba por se configurar como uma medida de ligação das famílias à escola e do interesse/mobilização de cada jovem votante à sua própria figura responsável pela educação familiar: se pedir a autorização e esta lhe for reconhecida, pode votar; se não o fizer, fica impedido de participar na eleição. Anualmente, nem todos os que desejam votar se encontram em condições de o fazer, mas, pior que esses casos, serão todos os outros que nem sequer desejam fazê-lo por não reconhecerem importância desse procedimento.

Julgamos importante estudar esse fenómeno e pensamos ser fundamental começar a formação cívica e estimular o desejo de participação cívica desde cedo, por essa razão também levamos à escola um projeto de intervenção sobre a escolha da DAE.

Assim, no ano letivo 2018/19, tivemos a oportunidade de nos envolvermos no processo de apresentação de listas candidatas à DAE de

uma escola secundária com 3º ciclo da cidade de Coimbra. É um estabelecimento de ensino conceituado pelos resultados escolares dos seus estudantes ao longo dos anos, uma das escolas mais bem posicionadas nos rankings de classificações que todos os anos são trazidos a público e ordenam estabelecimentos de ensino público e privados como se tratasse de uma competição (REPÚBLICA PORTUGUESA, s/d).

Assumimos que o ensino secundário é um lugar ótimo para a preparação integral de cada estudante para a cidadania ativa, e, portanto, tal tarefa perpassa por aspectos ligados ao ser e estar enquanto agente de construção e mudança social (APPLETON; CHRISTENSON; FURLONG, 2008; FREDRICKS; BLUMENFELD; PARIS, 2004). As campanhas para as DAE, chamando às escolas diferentes figuras do panorama lúdico nacional (isto é, youtubers ou influencers que em nada têm ligação ao espaço em que se apresentam) em detrimento da apresentação de ideias e propostas concretas das listas candidatas, merecem-nos uma atenção crítica que procuramos compreender com essa investigação em uma escola de Coimbra e contando com o apoio da direção do estabelecimento que desejava também promover a responsabilidade cívica da sua população estudantil.

Definimos três objetivos gerais:

- 1) Propor a mudança de paradigma no que respeita ao reconhecimento da importância da AE.
- 2) Compreender e descrever as motivações para a DAE em uma escola secundária (com 3º ciclo).
- 3) Propor a alteração das estratégias de apresentação das listas e de modalidades de campanha.

Usamos uma metodologia de investigação-ação com quatro momentos distintos:

- (M1) reunião com a totalidade dos estudantes (reunião com o secundário e reunião com o 3º ciclo).
- (M2) sessão de formação com as listas candidatas.
- (M3) roda de conversa com membros da DAE e outros.
- (M4) acompanhamento e avaliação do impacto da ação.

Os resultados dessa intervenção podem resumir-se em breves linhas: (M1), diferença entre estudantes do secundário e estudantes do 3º ciclo – maioritariamente rejeição das propostas pelos primeiros; (M2), da

incredulidade à preocupação foi a avaliação feita pelos grupos candidatos; (M3), narrativas importantes que ajudam a descrever as dimensões em jogo nesses processos e na possível mudança acerca da importância do trabalho para e em comunidade, tal como serão apresentadas neste texto; (M4), espera-se uma marca na construção da identidade de cada envolvido, bem como na identidade da própria escola, aferidas por análise de entrevistas com os estudantes e a direção da escola.

Em termos muito sucintos, podemos assim reconhecer que: essa ação perspectivou os estudantes enquanto cidadãos e cidadãs de pleno direito e em plena assunção de responsabilidades cívicas. Até ao final do ano letivo 2018/19, foram realizadas sessões com diferentes grupos de estudantes e professores da direção da escola, de modo a poder compreender os ganhos e as alterações necessárias para a seriedade com que a ação humana (como ação política) poderia ser desenvolvida na escola. No ano letivo 2019/20, a intervenção continua, e o projeto de alargamento deste estudo a outras escolas estará em curso.

## **Intervenção ou investigação-ação na escola**

As escolas como espaços formais de educação estão sob escrutínio social sempre que os aspectos de aquisição de conhecimentos se equacionam. Os níveis de proficiência dos estudantes, nas áreas basilares da língua materna, da matemática, das ciências e tecnologias, da língua estrangeira (quase sempre o inglês ou agora também o espanhol, em Portugal), do desporto e, com menos celeuma social, mas forte impacto humano, da filosofia, da história e das artes, são regularmente aferidos pelas classificações e médias de indivíduos e estabelecimentos de ensino (CARINI; KUH; KLEIN, 2006; TROWLER; TROWLER, 2010). Os níveis de satisfação, de bem-estar e de empenho da classe docente são assuntos mais ou menos regulares das discussões políticas e da crítica social. As preocupações acerca da renovação do parque escolar, com obras de recuperação, reconversão, aumento e atualização dos edifícios, dos materiais, de laboratórios e ginásios, enfim, da escola enquanto espaço de trabalho, também fazem parte das agendas políticas e das preocupações das entidades responsáveis por esses estabelecimentos que são, em última análise, o espaço crucial onde a história da humanidade se constrói e se conta. Curiosamente, é sobre esta possibilidade, da escola como espaço onde se conta o que

é de mais especificamente humano, que raramente se ouvem relatos ou se preparam discussões alargadas de modo a aferir o que se faz, como se faz, por que é de um modo, e não de outros, que a vida nas escolas se escreve.

Se não perdermos de vista que toda ação humana é ação política, não há temas que não possam ser abordados na escola e não há questões que se possam separar da vida tal como plenamente desejamos que todas as pessoas a possam fruir. A escola como espaço de construção de cidadania falta concretizar, porque se tem mantido afastada de aspectos fulcrais de preparação de crianças e adolescentes para o sentido pleno do ser humano: capaz de ação consciente e de escolhas humanamente alicerçadas. A existência de associações de estudantes, enquanto organismos vivos que garantem a representação de um coletivo com seus parceiros de ação (como, no caso das escolas, serão os professores, a direção do estabelecimento, as famílias – representadas pela figura da Associação de Pais e Encarregados de Educação, ou outros adultos de contato como funcionários ou outros técnicos que na escola desenvolvam as suas atividades profissionais), tem de ser compreendida como uma possibilidade muito forte de treino para a experiência de cidadania plena que nos discursos vemos dirigir aos jovens, mas com os quais não se tem trabalhado com o rigor que uma dimensão como essa deve merecer.

## O plano de ação

Foi proposta à escola que procedesse a uma intervenção com vistas a reduzir as atividades de estrita diversão – música nos pátios, convidados DJs a animar os intervalos, alimentos fast-food oferecidos pelas listas, esferográficas alusivas à letra ou sigla de identificação de listas e outros objetos com o mesmo fim, mas nenhum elemento de apresentação de propostas, além da sessão de debate entre concorrentes em dia, hora e local definido para o efeito pela direção da escola e, normalmente, fora do horário letivo habitual, ou seja, em um momento em que muitos dos estudantes podem já não estar sequer na escola –, da campanha eleitoral para a AE e de revisão do que é – e tem de ser – esse tempo de apresentação de ideias e propostas de estudantes para estudantes.

A escola, com um século de história, frequentada por mais de 1.000 estudantes (aproximadamente tantos indivíduos do sexo masculino quanto do sexo feminino, 510 e 507, respetivamente), com 92 docentes (dos

quais 61 pertencem ao quadro da própria escola), 2 técnicos superiores (uma psicóloga e uma assistente social) e mais de 30 outros funcionários, é uma das mais conceituadas estruturas de ensino da cidade de Coimbra. Historicamente é, portanto, uma escola na qual as rotinas das atividades dos estudantes têm lugar como em todas as outras escolas, mas é também, por ser a escola que é, uma instituição com a obrigação de se renovar e atualizar de modo a cumprir a vanguarda que dela se espera.

Com uma direção empossada em 2018, tínhamos nesse estabelecimento a possibilidade de apresentar propostas de intervenção, com vistas a cuidar da dimensão cívica e política dos adolescentes na escola, de modo concertado.

Uma equipe constituída de uma investigadora (que se responsabilizaria pelas sessões de palestra/esclarecimento/debate) e três jovens estudantes (de mestrado em Psicologia, que procederiam à observação naturalista em três posições em treliça que permitissem varrer todo o grupo participante) dirigiu-se à escola e definiu com os membros da direção quais os momentos e o local em que a intervenção teria lugar.

À direção da escola coube a tarefa de contato com toda a equipe docente no sentido de garantir a presença de todos os estudantes no local e hora em que a proposta de revisão das atividades de campanha eleitoral teria lugar: pediu-se a cada professor que na manhã escolhida para o encontro se dirigisse ao anfiteatro exterior da escola com a sua turma, dispensando a aula que nesse horário se cumpriria.

Primeiramente, a reunião devia acontecer com os estudantes do 3º ciclo (maioritariamente constituído de adolescentes com idades entre os 12 e os 14 anos), que só podem exercer o seu direito de voto mediante consentimento prévio de um encarregado de educação, por assinatura de documento, que deve ser feito chegar à escola. Grande parte desses estudantes estava naquela escola pelo primeiro ano e seria, portanto, a primeira vez que poderia experimentar uma campanha dirigida àquela comunidade educativa. Por comparação com os colegas mais velhos e mais avançados na escolaridade, esse grupo de jovens não estaria tão “rotinado” nos usos e costumes daquele estabelecimento de ensino, aquando da semana de apresentação de novos concorrentes à representação dos seus pares pela formação de listas à AE.

Apesar de a maioria dos professores ter deixado as turmas escolherem onde desejavam sentar-se e onde poderiam dispersar por entre colegas e amigos de outros grupos, os mais de 300 jovens que se reu-

niram para uma primeira abordagem ao tema escutaram com atenção as ideias apresentadas, colocaram questões importantes acerca da relevância de que, para si mesmos, reveste-se o fato de “poderem exercer o seu direito de voto” e mantiveram posturas de atenção, compreensão e tranquilidade na aceitação do que lhes era comunicado. Simplesmente, uma campanha de apresentação pública de um grupo de estudantes que visa assumir-se como representante da comunidade estudantil de uma escola deve ser capaz de fazer chegar à mesma comunidade as ideias, os projetos, as preocupações e as soluções que preconiza como modos de superação de dificuldades ou de solução de problemas que a todos (ou grande parte dessa mesma comunidade) possam afetar. Essa apresentação de ideias deve ser levada a cabo de forma séria e comprometida. A presença constante de convidados externos à escola e meros animadores de intervalos (como era o caso de youtubers e/ou influencers) no espaço dos recreios, sabendo que tal presença resulta mais como oportunidade para se publicitarem do que para, de algum modo, contribuírem para a discussão de ideias ou sugestão de soluções, não seria mais admitida, muito menos bem-vinda.

A segunda reunião, com estudantes do ensino secundário, teve lugar assim que se deu por encerrada a anteriormente referida e reuniu os cerca de 500 estudantes desse nível de ensino. Esse novo grupo, do qual saem os elementos que constituem as listas candidatas, não aceitou placidamente o que era proposto: assim que foi sugerido que se deslocassem ao centro do “palco” e, usando o microfone para se conseguirem fazer ouvir por todos, dissessem as suas dúvidas e reações às propostas de alteração de comportamentos (isto é, acabava de ser comunicado que não se aceitariam mais convidados externos à escola, faltas às aulas por motivos de campanha, objetos de campanha produzidos com verbas de origem desconhecida, ofertas de objetos e/ou alimentos que acabavam deixados como lixo pelos espaços da escola, barulho de colunas de som durante todos os intervalos dos dias de campanha etc.), um grupo crescente de estudantes perfilou-se e dirigiu-se ao auditório expondo as razões das suas dúvidas e a irritação provocada pela imposição de uma mudança de atitudes.

Fizeram uso desse espaço de tomada da palavra um grupo heterogêneo de estudantes dos três anos de escolaridade (do 10º ao 12º), com presença e sem presença na escola nos anos anteriores, com lugar nas

potenciais listas candidatas ou meros apoiantes de uma ou outra lista, adolescentes estudantes e jovens trabalhadores-estudantes (portanto maiores de 18 anos, mas ainda a estudar no secundário). Um estudante assumido como “famoso” e um estudante que se apresentou como admirador do anteriormente referido também usaram da palavra e explicaram as razões que os levavam a não concordar com a mudança ali apresentada. Desse momento em diante, mais vozes se escutaram, e mesmo muitos que não quiseram dirigir-se ao coletivo, a partir dos seus lugares sentados, mostraram a discordância e a revolta que podia ter começado a formar-se.

Foram escutados os estudantes que pediram a palavra. Aqueles que se dirigiram ao grupo afirmaram não perceber a necessidade de mudar de hábitos: consideravam que as animações faziam todo o sentido e que as prováveis listas concorrentes tinham já iniciado contatos com algumas formações musicais para virem a atuar na escola. Por outro lado, ter “convidados” vinha sendo indicador do poder das listas, e não poder recebê-los significaria uma perda de ascendente que as potenciais formações concorrentes não queriam aceitar. O grande grupo expressou o apoio ao que ia sendo comunicado por aplausos e afirmações espaçadas de “muito bem” ou “é isso mesmo”: os estudantes reivindicavam o direito à presença de grupos musicais nos intervalos em nome da lista que os contratasse, e os colegas pareciam desejar essas presenças alegando ser o único momento em que poderiam de forma tão próxima estar com “artistas famosos”.

Afirmadas tais explicações sobre as estratégias de campanha, questionamos os grupos acerca do grau de profundidade de apresentação de ideias a partir de tais modalidades de diversão. Como seria que os grupos, externos à escola e que levavam aos palcos improvisados dos espaços de recreio as suas músicas, contribuiriam para a auscultação de problemas, desejos, dúvidas da comunidade estudantil? Aspectos como gadgets (objetos identificadores de cada lista) e comida contariam com que financiamento para arcar com as despesas inerentes a tais ofertas? Quem se responsabilizaria pelos níveis de ruído e “destroços de campanha” (isto é, o lixo nos corredores e chão dos pátios após sessões de campanha)? Nenhuma dessas questões foi cabalmente respondida por ninguém, e, por isso, talvez, a ideia de se seguir a intervenção no formato de reuniões com os estudantes das listas candidatas foi finalmente aceite e assumido como passo seguinte a levar avante com o comprometimento de todos (CHOMSKY, 2017).

## Rodas de conversa

Em uma sala com condições de conforto, lugares para sentar, boa acústica, temperatura agradável e em um horário passível de ser aproveitado por todos os envolvidos na constituição de listas e colaboradores, reunimos para uma conversa que decorreria com algumas questões norteadoras e ideias – inspiradas em Foucault (2008) – que pautaram o diálogo. Precisávamos (re)conhecer o pensamento e as motivações daqueles estudantes que se propunham vir a ser dirigentes estudantis. Concordamos com a formulação de Sen (2018, p. 15) quando escreve: “para tomar decisões sociais adequadas em nome do grupo como um todo, a sociedade deve adquirir um sério conhecimento das visões e dos interesses das pessoas”. Qualquer decisão em nome do grupo de estudantes, da comunidade estudantil de uma escola, deve acontecer, então, por parte dos seus representantes, em respeito daquilo que possa ser considerado o sentir ou o pensamento do grupo, e, sabemos, esse reconhecimento da “palavra” ou da “escolha” do grupo é uma tarefa tão mais complexa quanto mais heterogênea possa ser a constituição do próprio grupo.

### Primeiro encontro para conversar

Nesse primeiro contato com os grupos que se assumiam como concorrentes, estiveram presentes três jovens do sexo masculino que seriam “cabeça de lista” de três formações e apenas uma jovem do sexo feminino com igual enquadramento na sua lista. Participaram também vários outros jovens, membros efetivos das potenciais listas ou colaboradores de alguma delas. A sala teve 23 estudantes sempre presentes, e foram circulando alguns outros adolescentes que vinham demonstrar a sua solidariedade para com os candidatos que julgavam estar a negociar o regresso dos planos de campanha anteriores (isto é, sem apresentação dos programas de ação em caso de eleição, mas com eventos de animação de intervalos que continuavam a parecer ser o que interessava a candidatos e eleitores.).

Começamos por querer ouvir razões e significações atribuídas às candidaturas, às estratégias de campanha e à vontade de vir a ser direção da AE. Escutamos e colocamos questões para que nos esclarecessem acerca de quaisquer sentidos que não conseguíssemos imediatamente captar. Percebemos o quadro de referência a que se reportavam e compreendemos

a dificuldade que os estudantes do secundário sentiam sob a proposta de alteração de procedimentos: se, desde o 7º ano de escolaridade, tudo tinha sido como até ao momento em que lhes cabia assumir a liderança do procedimento, por que haveria agora de se dar essa radical alteração? Como julgávamos ser possível atrair votantes se não se lhes oferecia material de campanha? Como convencer e levar a votar os mais jovens se não se lhes desse a ter por perto (à distância de um aceno) um “artista da moda”? Como fazer campanha assente nas “ideias”? Como assentar em ideias de um grupo, se todos só querem atentar às suas próprias ideias? De que ideias estaríamos a falar cada vez que se mencionava tal conceito? O que é “ter ideias” e como se poderá fazer passar as “ideias” à população eleitora quando se julga essa população perfeitamente desligada da questão das “ideias (para a escola, no caso)”, mas muito mais interessada no eventual encontro com um famoso? O que importava seria, pelo menos, uma selfie com alguém “que aparece”...

A proposta considerada mais “atrevida”, mais radical, foi precisamente a consideração acerca da organização de ideias que se assumissem como o motor, o coração, a chave da candidatura: a razão de ser daquela lista, constituída por aquele grupo de pessoas, com aquele pensamento acerca dos temas incontornáveis que importam para uma AE. A proposta imediatamente a seguir e considerada altamente preocupante foi a que se faz sentir sobre os materiais de campanha: de recusa de desperdício, de zanga em caso de materiais perdidos ou esquecidos após sessões de apresentação de projetos. Que projetos? “Historicamente” sempre aparecia uma “lista de brincadeira” que assegurava a chacota em relação a todo o processo e que, diziam, tentava pôr a nu aspectos pouco éticos e alguns claramente não isentos, não dignos de muitos dos tradicionais candidatos e/ou formações. Nessa reunião também estiveram presentes alguns possíveis membros da “lista de brincar”, mas não afirmaram ser apenas para brincar que se reuniam; pelo contrário, disseram que levavam muito seriamente todo o processo e que pretendiam entregar a lista candidata a tempo de concorrer. Van Hiel *et al.* (2018) afirmam a ligação entre a educação e a evolução política dos países. Neste nosso trabalho é com essa consciência que consideramos que tem de ser recuperada, nas escolas em pleno século XXI, a perspectiva de escolas como lugares de formação integral dos indivíduos, todos eles com as suas idiossincrasias e que, por isso, exigem de quem os acolhe e com eles vai trabalhar a capacidade de, pelo menos,

escutá-los e escutar as suas razões. Foi o que procuramos fazer também no encontro com “as listas”. Na sala estavam, além dos adolescentes da escola, a investigadora e três observadores participantes que, posicionados, mais uma vez, de modo a poder tomar nota de todas as conversas paralelas durante o encontro, deviam também intervir sempre que julgassem necessário para a otimização do tempo e da discussão. Depois de explicada a necessidade de mudança de comportamentos a propósito das candidaturas, que havia partido da direção da escola, a maior preocupação dos presentes voltava-se para o que os adultos diziam ser a importância de apresentação das ideias do coletivo. Que ideias, perguntavam? Parecia que serem candidatos à organização que representaria os estudantes daquele estabelecimento de ensino era passível de se desligar de um pensamento para o coletivo. Também as formas de chegar ao público eleitor, de dar a conhecer as listas parecia separado do que e de quem compunha essas mesmas listas para se basear apenas na presença de convidados externos a todo o processo, mas que têm presença nas redes sociais e nos encontros de festas patrocinados por diferentes entidades e/ou marcas e que atraem multidões. Como se votar fosse alinhar pela presença de “um alguém” que “aparece” sem sequer reconhecer o que pensa em qualquer tema esse mesmo “alguém”.

O que se propunha era, nesse enquadramento, algo radical. Depois de muito se discutir sobre a seriedade que devia merecer um qualquer processo democrático, de se refletir acerca da justificação para as despesas financiadas a partir de festas para a mera realização de mais mini-festas (como seriam as animações musicais de intervalos), tudo isso em detrimento de uma ação cívica, os grupos acabaram por aceitar a ideia de alteração de estratégias e assumir a importância de trazer aos colegas as suas propostas de colaboração para a escola enquanto representantes da população que é, nem mais nem menos, a razão de ser da própria escola: os estudantes.

No final do encontro, os estudantes que se tinham assumido como fomentadores da lista para brincar (uma lista sem vontade de chegar a ser eleita, criada apenas para zoar com o processo) resolveram apresentar um projeto de candidatura com programa eleitoral concertado, no prazo estipulado pela direção da escola. O que mais tarde vieram a fazer, mas acabaram por não levar avante essa mesma candidatura. Duas outras listas resolveram coligar-se e uma terceira seguiu como candidata. Ficaram as-

sim, apenas, duas listas em processo de concorrência, que se envolveram na preparação de materiais de campanha e prepararam discursos e ações para chegar aos eleitores.

Houve festa, mas promovida pelos próprios estudantes da e na escola. Houve oferta de materiais de campanha, mas financiados pelos trabalhos e esforços dos elementos e colaboradores das listas, e não houve lixo nem excessos de comidas trazidas apenas para impressionar e deixar que se estragassem de seguida. Houve, mais importante que tudo, tempo de escuta (por parte de candidatos) daquilo que eram os anseios dos jovens colegas, bem como debate de ideias e de propostas de trabalho para e na escola.

No dia da eleição, o número de votantes não foi inferior ao dos anos anteriores, e aqueles que votaram, como os que gostariam de o fazer, mas por algum motivo não o puderam concretizar, estavam contentes com o processo e mostraram perceber a importância de lidar com seriedade em um acontecimento que em tudo se inspira nos procedimentos eleitorais dos adultos, dos quais, em alguns anos, espera-se que venham a participar.

## **Segundo encontro para conversar**

O processo de apresentação de candidaturas inicia-se pouco depois do começo do ano letivo, as listas preparam as ações de campanha que devem decorrer durante o mês de outubro, e a tomada de posse da eleita só pode dar-se na presença da direção cessante, o que, no ano letivo em que este estudo se efetuou, só veio a acontecer já no final do primeiro período de aulas. A reunião com os envolvidos acabou, por isso, por ter lugar no final de fevereiro de 2019. Previa-se uma duração previsível de 1h30 ou, no máximo de 2h. Compareceram todos os seis membros da DAE e quatro colaboradores. O convite, também dirigido a membros das listas opositoras, foi declinado com a justificação de impossibilidade de participação por motivos de agenda pessoal. A reunião tinha sido previamente alvo de explicação e administração de um documento de consentimento informado que dava a saber dos procedimentos a levar a cabo e que obrigava os encarregados de educação (apenas dois estudantes eram, na data, maiores de idade) e cada participante a assinar. Todos sabiam que podiam abandonar a reunião em qualquer momento e sem qualquer prejuízo pessoal, por isso todos tinham a garantia de que o que dissessem seria única

e exclusivamente considerado para fins da investigação e, como era desejável, passível de discussão e contraponto construtivo aquando do diálogo estabelecido ao longo da conversa.

O encontro foi gravado e transcrito, e a sessão contou assim com dez participantes e três investigadores (dois que ocuparam o papel de observadores participantes e um dinamizador das trocas entre todos).

A preocupação com os exames finais, a mudança de nível de escolaridade, a iminente passagem para o ensino superior, as condições de negociação com as famílias a propósito do processo de candidatura e o assumir a direção como equipe eleita foram tópicos iniciais da conversa. A espontaneidade diferente das estudantes do sexo feminino (seis), em comparação aos estudantes do sexo masculino, foi evidente, e, por isso, no começo foi preciso dirigirmo-nos a cada um deles (quatro) de forma individual. Quebrada a inibição da partida para a tarefa de análise das atividades, enfocamos a atenção dos intervenientes por momentos:

- Acerca da fase de apresentação da mudança de paradigma.
- A campanha propriamente dita.
- O assumir da DAE e da efetivação das propostas que os tinham feito ganhar.
- Expectativas e ligação à escola (colegas, professores, direção).
- Avaliação da investigação em curso como convite à reflexão acerca do projeto, bem como da ideia de cidadania comprometida que pretendíamos testar na escola.

Naquela altura do ano letivo, a grande preocupação, partilhada por todos os presentes, centrava-se na atenção que continuavam a dispensar aos estudantes mais jovens: o fato de se terem apresentado publicamente como responsáveis ou próximos dos membros da lista candidata (e que acabou por vencer) tornou-os conhecidos por toda a escola, e, por isso, depois dos dias de campanha, em que haviam estado em contato com todos os jovens estudantes daquele estabelecimento de ensino, não podiam agora deixar de estar ao dispor das dúvidas ou solicitações dos seus colegas/eleitores. Esta terá sido a mais radical mudança percebida: terem apresentado quem são e terem se sujeitado à exposição pública das suas ideias (o que justifica a candidatura que assumiram) vincula-os a essas mesmas ideias e propostas, e esse vínculo não cessa assim que a eleição se dá; pelo contrário, acentua-se e, portanto, torna-se mais sério.

Em fevereiro (época em que teve lugar a roda de conversa) estavam comprometidos com o contato próximo com os colegas, queriam levar a cabo todos os projetos de melhoramento de espaços da escola dedicados ao convívio de estudantes, pensavam construir estantes e organizar salas para jogos e encontros, seriam ainda responsáveis por encontros desportivos intra e extraescola, preparariam o baile de final de ano. Contudo, o que mais os mobilizava para o encontro com o grupo gerador da intervenção era a mudança que tinham percebido possível e a manutenção dos laços criados na comunidade escolar aquando dos dias de campanha. Esperavam poder ver o resultado do risco que afirmavam ter assumido quando se atreveram a avançar com a apresentação de ideias, e não com a promoção de um ícone ou figura da moda como até aí tinham visto fazer. Estavam, em certa medida, gratos por isso e queriam ver nos mais jovens o procedimento a acontecer.

## Reflexão final

Neste texto fazemos apenas o relato menos superficial dos momentos de intervenção propriamente ditos; não tratamos aqui os dados recolhidos ou as discussões mais aprofundadas a partir desses dados. Refere-se ao relato de experiência, e parece-nos ser importante contar que a ação pela cidadania plena e, portanto, pela cidadania consciente e assumida de indivíduos formados com consciência social, de liberdade, de direitos e deveres, é uma possibilidade, uma urgência a que podemos dar resposta (BAUMAN, 2017).

Com esse tipo de intervenção, pretendemos conseguir o acesso ao sentido do mundo, ao sentido que atribuímos às circunstâncias, ao que vivemos e como vivemos no mundo. Por isso, é necessário ter em conta os discursos, os significados e as subjetividades que são a base psicológica dos posicionamentos de cada um. Por ser um estudo-piloto, as estratégias de contato foram todas assentes em uma metodologia colaborativa inspirada pelas etapas do método freireano. Primeiramente, a investigação: encontrar os temas mais significativos e os aspectos mais críticos dentro do universo das modalidades de apresentação das candidaturas (atendendo a formas e condições de levar à escola os projetos concorrentes); em seguida, a etapa de tematização: quando propusemos uma reunião para a tomada de consciência do plano da escola enquanto palco de uma eleição

e de como essa atividade se assemelha ao “mundo real” do combate político e das relações de cidadania em liberdade que se procura garantir para a vida de todos; finalmente, a etapa de problematização: configurada pelo desafio deixado de cada grupo se superar, atrever-se a fazer uma apresentação séria e refletida daquelas que seriam as ideias-chave de cada lista, as propostas viáveis de intervenção na escola, de colaboração entre docentes e discentes, de diálogo construtivo porque assente em uma perspectiva conscientizada da realidade e das possibilidades de fato de melhoria da vida comum.

Dizer que valeu a pena é pouco. Falta ainda um aspecto do trabalho que é, apesar de tudo, o mais difícil de concretizar: conseguir levar a equipe docente a confiar que o diálogo e o respeito mútuo se coconstroem e que só por meio do contato com adultos conscientizados mais rapidamente teremos jovens capazes de assumir que a mudança pela humanização do mundo está em suas mãos. Porque temos de voltar a andar espantados de existir, em um “espanto” que seja de humanas possibilidades.

Recebido em: 10/08/2019

Revisado em: 06/09/2019

Aprovado em: 29/10/2019

## Notas

1 Professora auxiliar e investigadora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. E-mail: mariajorgef@fpce.uc.pt

## Referências

ALMADA NEGREIROS, José. **A invenção do dia claro**. Sintra: Colares Editora, 1993.

APPLETON, James; CHRISTENSON, Sandra; FURLONG, Michael. Student engagement with school: Critical conceptual and methodological issues of the construct. **Psychology in the Schools**, v. 45, n. 5, p. 369-386, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/15206807/2008/45/5>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Cambridge: Polity Press, 2017

CARINI, Robert; KUH, George; KLEIN, Stephen. Student engagement and student learning: Testing the linkages. **Research in Higher Education**, n. 47, v. 1, p. 1-32, 2006

CHOMSKY, Noam. **Quem governa o mundo?** Tradução Manuel Alberto Vieira. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais.** Tradução Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2011.

FERREIRA, José Gomes. **As Aventuras de João Sem Medo:** Panfleto mágico em forma de romance. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2005.

FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics:** lectures at the Collège de France, 1978-79. Tradução Graham Burchell. London: Palgrave Macmillan, 2008.

FREDRICKS, Jennifer; BLUMENFELD, Phyllis; PARIS, Alison. School engagement: Potential of the concept, State of the evidence. **Review of Educational Research**, v. 74, n. 1, p. 59-109, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3102%2F00346543074001059>. Acesso em: 7 jul. 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação e outros escritos.** Lisboa: Moraes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Porto: Edições Afrontamento, 2018.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Estatísticas do ensino básico e secundário. **Info Escolas**, [s.d.]. Disponível em: <http://infoescolas.mec.pt>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NUSSBAUM, Martha. **Not for Profit.** Why democracy needs the humanities. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

NUSSBAUM, Martha. **Educação e justiça social.** Tradução Graça Lami. Mangualde: Edições Pedagogo, 2014.

NYGAARD, Claus. **Student engagement:** Identity, motivation and community. Faringdon: Libre Publishing, 2013

PIAGET, Jean. **The child's conception of the World.** Totowa: Littlefield, Adams & Co., 1959.

PRATA, Diana. “A empatia é uma vantagem evolutiva, não convém nada perdê-la”. [Entrevista]. **DN Life**, 23 nov. 2018 Disponível em: <https://life.dn.pt/diana-prata-neurociencia-oxitocina-empatia-comportamento-social/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SEN, Amartya. **Escolha coletiva e Bem-estar social**. Tradução Ana Nereu Reis. Coimbra: Edições Almedina, 2018.

TROWLER, Vicki; TROWLER, Paul. **Student engagement evidence summary**. Lancaster: University of Lancaster, 2010.

VAN HIEL, Alain *et al.* Can education change the world? Education amplifies differences in liberalization values and innovation between developed and developing countries. **PLoS ONE**, v. 13, n. 6, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199560>. Acesso em: 21 jul. 2019.

VEIGA, Feliciano Henriques. Assessing student engagement in school: development and validation of a four-dimensional scale. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 217, p. 813-819, 2016.